



RESOLUÇÃO

Os trabalhadores da Autoridade Tributária e Aduaneira aguardavam com natural expectativa o processo de revisão das carreiras deste organismo, numa perspectiva de valorização integral das mesmas e de respeito pela identidade funcional de cada área da AT.

Hoje, com o processo negocial unilateralmente encerrado pelo Governo, esta expectativa encontra-se totalmente gorada já que o modelo de carreiras especiais imposto pelo mesmo representa uma “mão cheia de nada e a outra de coisa nenhuma”, confirmando que o Executivo tem uma clara opção política de não valorizar realmente, as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública.

Ao longo do processo negocial e após a análise à proposta governamental, a Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em funções Públicas e Sociais apresentou um conjunto de condições para a revisão das carreiras dos trabalhadores da Autoridade Tributária, a saber:

- a) Para uma negociação séria sobre as carreiras da AT, terá de ser feita uma avaliação quantitativa e qualitativa da fusão da DGAEIC, DGCI e DGITA, nomeadamente quanto à eficácia da prestação do serviço público, de racionalização de custos operacionais e de gestão dos recursos humanos.
- b) Face à natureza das funções e atribuições desenvolvidas pelas áreas de intervenção da actual AT, nunca as mesmas poderão ser acomodadas em duas carreiras que aglutinam as duas áreas de competências, como pretende o Governo, descaracterizando e desvalorizando as actuais carreiras de regime especial.
- c) Simultaneamente, não poderá ser extinto nível 2 de complexidade funcional, sob pena de serem arrastados para uma situação de subsistentes, muitos trabalhadores da AT.
- d) A reposição do vínculo de nomeação para todos os trabalhadores da AT, é indispensável para a assumpção dos compromissos assumidos pelo Estado Português perante a União Europeia de, já que a sua acção nas fronteiras externas vai para além da cobrança de impostos e receitas para o Estado, podendo comparar-se mais às de um órgão de polícia criminal.
- e) Os suplementos remuneratórios deverão fazer parte integrante dos salários, pois a sua atribuição deriva da natureza das funções exercidas, evitando a proliferação dos actuais e de novos equívocos internos e externos à AT.



A todas estas condições, o Governo recusou dar resposta, não aceitando negociar as adequadas soluções para a sua concretização.

Simultaneamente, não resolve problemas que subsistem e que afectam os trabalhadores da Autoridade Tributária, como o da ausência de concursos de promoção, com a grande maioria daqueles à espera da sua concretização há mais de dez anos.

Deste modo, os trabalhadores da Autoridade Tributária, presentes na Concentração realizada em Lisboa, no dia 27 de Junho de 2019, decidem:

1. Exigir do Governo a continuação das negociações de revisão das carreiras da AT, respeitando os critérios legais de negociação colectiva na Administração Pública;
2. Reafirmar a exigência de que as carreiras profissionais a revalorizar, deverão contemplar a distinção e individualização funcional, respeitando as áreas tributárias, aduaneiras e de informática e a definição de critérios de transição que não criem injustiças relativas decorrentes de diferentes percursos de valorização nas carreiras actuais;
3. Recusar a solução aprovada pelo Governo de criação de carreiras subsistentes, através da extinção do nível 2 de complexidade funcional;
4. Exigir a integração dos actuais suplementos nos salários-base dos trabalhadores da AT;
5. A atribuição do vínculo de nomeação a todos os trabalhadores da AT;
6. A imediata abertura dos concursos de promoção que garantam a ascensão na carreira de todos os trabalhadores em condições de serem promovidos.
7. Manifestar o seu total desacordo pela proposta de revisão das carreiras da Autoridade Tributária que o Governo quer impor aos trabalhadores.

Os trabalhadores da Autoridade Tributária
presentes na Concentração